

capitalismo

O nome do jogo é acesso



Uma característica especial marca esse nosso período de regressão, diz Paulo Arantes, editor desse *Caderno de Opinião*: passou-se de uma lógica para outra – da lógica da propriedade material para a lógica do que se chama de *acesso*. Não que a propriedade tenha deixado de ocupar seu lugar central na atividade econômica. Mas é outro tipo de propriedade que não é a do patrimônio tangível – de bens imóveis, pessoal, estoques. A propriedade agora é de um *acesso*, daí a multiplicação dos procedimentos de locação, concessão, direito de admissão, adesão, assinatura etc..

O *marketing do acesso* divulga a idéia da liberdade, da porta que abre para o cliente. O mercado de acesso é tudo, no entanto, menos um mercado livre. O princípio do acesso é o do controle, basicamente. Sua lógica é a da barreira e do nicho. O leitor que tenha acompanhado na revista REPORTAGEM, nos números 44 e 49, o debate sobre *software* livre e propriedade intelectual, por exemplo, sabe que há uma lógica em tudo isso. Numa perspectiva mais ampla deve-se mencionar que a guerra do Iraque não deixou de ser uma questão de direito de acesso para as multinacionais americanas, resolvida *manu militari*. Como se sabe, as antigas companhias mercantilistas eram a um só tempo comerciais e governamentais.

O surto atual de apropriação de bens públicos pelo capital privado pode ser visto também como uma nova *acumulação primitiva*, o processo de expropriação de riquezas que constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. Em artigo recente, na REPORTAGEM n. 52, Carlos Aguiar Medeiros disse algo parecido, referindo-se “à intensificação da concorrência pelo controle dos novos espaços abertos pelo imenso alargamento da esfera privada de acumulação”. Para Medeiros, “como sempre ocorre em territórios e áreas desreguladas”, nessa nova acumulação “os métodos de apropriação de bens públicos foram em geral semelhantes aos descritos classicamente por Marx para a acumulação primitiva de capitais”.

Visto o problema de outro ângulo, quando os movimentos que se opõem às regras do processo de globalização em curso exigem a reintegração da posse coletiva, também parecem, com isso, querer assinalar o que há de comum entre a Globalização atual e a Acumulação Primitiva.

Nessa volta da história, como diz Paulo Arantes, “as desregulamentações de hoje emendam na pirataria de ontem, as guerras humanitárias de agora se juntam às guerras santas coloniais, etc. Juntam-se, enfim numa mesma linha-gem, corsários do Rei e ‘compadres’ em projetos de *Nation-Building*, senhores tribais da guerra, *condottieri high tech* e prepostos encarregados de gerir governos em territórios ocupados, etc”.

O que é esse novo *capitalismo de acesso*? O que é essa nova *acumulação primitiva*? É o tema desse nosso *Caderno de Opinião*.

Todas as imagens que ilustram este caderno de *Opinião* fazem parte do livro América, organizado por Nelson Brissac Peixoto (Videofilmes, Cia das Letras, 1989).

Um retorno à acumulação primitiva

A viagem redonda do capitalismo de acesso

Paulo Arantes

Bons dicionários podem funcionar como sismógrafos sociais. Até pouco tempo, recorda o pensador americano Jeremy Rifkin, o emprego da palavra *acesso* não era muito freqüente em Inglês. A partir de 1990, no entanto, as edições do *Concise Oxford Dictionary* passaram a registrar pela primeira vez a forma verbal daquela palavra chave do novo léxico social que em Português resultou no bárbaro *acessar*. Para Rifkin, o registro é como um abalo sísmico, uma ruptura de época marcada pela passagem de uma lógica para outra: da lógica da propriedade material para a lógica do *acesso*.

A posse de um capital físico passou a ser encarada antes como um estorvo do que como um ativo produtivo. Melhor acessar do que ser simplesmente proprietário. E vice-versa: os provedores da oferta continuam tão proprietários quanto antes, e no entanto, nada mais está à venda como antigamente; a troca de equivalentes entre vendedores e compradores estaria sendo substituída por um outro sistema, o do acesso a curto prazo, operando entre servidores e clientes, daí a multiplicação dos procedimentos de locação, concessão, direito de admissão, adesão.

A nova língua do acesso já estava portanto dicionarizada, quando em 1993 numa matéria sobre o Grupo Carlyle, o jornalista Michael Lewis cunhou a expressão *capitalismo de acesso*. O Carlyle é um fundo mundial de participações, com aproximadamente U\$ 18 bilhões sob sua gestão e se tornou notável no dia 11 de setembro de 2001. Naquele exato e fatídico dia, o grupo realizava no Ritz Carlton de Washington sua convenção anual. Enquanto os seletos investidores ali reunidos assistiam as torres desabarem, seus ativos remontavam aos céus – pois as empresas que controlam se distinguem por uma característica comum: seus clientes são principalmente governos e administrações e, para variar o principal do negócio encontra-se no complexo industrial-militar. Uma matéria recente sobre o sistema Carlyle, do jornal *Le Monde*, reporta uma declaração de princípios consagrada em documento interno do grupo: investir em oportunidades criadas e indústrias fortemente afetadas por mudanças de políticas governamentais. Um enunciado plausível do princípio básico do *access capitalism* em questão.

Ligações perigosas Assim sendo, não é fruto da mera casualidade o elenco de celebridades presentes nos salões do Ritz Carlton – no meio das quais George Bush sênior, durante dez anos conselheiro do grupo, fez uma aparição meteórica. Alguns nomes para pouco espaço: além do clã Bush, seu par siamês, a família Bin Laden; o ex-primeiro-ministro britânico John Major; o ex-presidente filipino Fidel Ramos, o ex-primeiro ministro da Coreia Park Tae Joon; o príncipe saudita Al-Walid; Collin Powel; dois ex-Secretários de Estado, James Baker III e Caspar

Weinberg. E ainda o inventor do sistema, Franck Carlucci – ex-tudo: diretor adjunto da CIA, conselheiro de segurança nacional e depois Secretário de Defesa de Reagan e que se tornou o *CEO* – *Chief Executive Officer* do grupo Carlyle apenas 6 dias depois de deixar o Pentágono. Na avalanche de artigos acerca das ligações perigosas do não assim tão novo capitalismo de acesso, a novidade estaria na sua espantosa regressão. Não faltaram os mais exaltados a ponto de comparar esta nova versão da acumulação flexível a certa variante de fascismo econômico, repertoriando as conexões espantosas do Terceiro Reich com os grandes conglomerados de negócios – americanos incluídos, até o martelo bater depois de Pearl Harbor. Os mais indiscretos remontaram até às origens da fortuna pessoal de Prescott Bush – avô do Presidente americano, um dos sete diretores de um banco nova-iorquino de investimentos controlado pela família Thyssen, para a qual também fluíam em abundância os dividendos do Holocausto.

Capitalismo de compadres A dicionarização do “acesso” e suas variações é mais ou menos contemporânea de uma outra inovação terminológica de mesmo nível – *crony capitalism*. Desta vez foram os asiáticos os primeiros a entrar na berlinda. Já nos tempos idos da disputa econômica com os japoneses, era praxe entre os rivais americanos evocar como exclusividade oriental o milagre que consistia na reencarnação de um ministro no topo de uma corporação regulada por seu antigo ministério. Em bom português, *crony capitalism* é algo como capitalismo de compadres. O termo surgiu em décadas passadas na Ásia, no período das ditaduras e de surpreendentes variações patrimonialistas movidas a conexões políticas pertinentes, mas se firmou mesmo, no entanto, durante a crise asiática de 1997-1998. Era invariavelmente empregada por autoridades monetárias multilaterais, investidores e sobretudo analistas americanos de risco, para melhor desvalorizar a cultura de negócios da região, que seria uma esquisitice em relação aos parâmetros anglo-saxônicos. Com isso, responsabilizavam a vítima pelos ataques especulativos sofridos da parte de *raiders* ocidentais à cata de ativos fragilizados. Quando os Bushes voltaram ao poder, o *capitalismo de compadres* teve um surto e um brilho definitivos. Num livro sobre o ambiente texano de negócios, Michael Lind, entre outras constatações, notou que não existe no mundo nada mais parecido com uma rede asiática de conexões do que os negócios de compadre do clã Bush, cuja apoteose – um ano antes da “reconstrução” iraquiana – se dera em público com os escândalos Enron, WorldCom, etc.

É preciso não confundir, entretanto, o capitalismo de compadres com a corrupção rotineira de um sistema econô-

mico por definição extra-legal. Na curiosa comparação de Lind, quando um Thomas Edson subornava um Senador da República, fazia-o com o dinheiro que lhe rendiam suas invenções. Além do mais o naufrágio da democracia não seria completo, pois em princípio nem todos os senadores estavam à venda.

Classe dinástica Não é assim com o capitalismo de acesso. A verdade americana do *crony capitalism* refere-se a algo bem diferente da corrupção usual. Trata-se da criação original, da lavra de indivíduos por certo muito bem relacionados, de um simulacro de economia corporativa. Do *fac-simile* de todo um setor de negócios – acrescenta Michael Lind. Enquanto no primeiro caso se pode distinguir quem está comprando e quem está se vendendo, o homem de negócios e o político, no capitalismo de compadres desaparece esta distinção, sendo que além do mais o próprio mundo privado dos negócios tende a se converter num feudo da elite política, numa espécie de patrimonialismo às avessas, uma curiosa realização literal do capitalismo político weberiano. Ora, segundo o mesmo autor, esse verdadeiro capitalismo de fachada – se é que se pode falar assim – é o produto singular de uma certa elite sulista americana, a flor facinorosa de uma sociedade de cevada no trabalho servil e barato, no corte costumeiro do imposto dos ricos, criada na pilhagem dos recursos naturais, de preferência os fósseis e não-renováveis.

Quando uma rede como esta forma uma família, torna-se verossímil falar em dinastia. George W. Bush é de fato o primeiro presidente americano a ter herdado o cargo. “Por quatro gerações, a família Bush prosperou por meio da exploração das suas conexões políticas, especialmente no mundo secreto da inteligência, para avançar nos negócios, além de explorar suas conexões no mundo dos negócios, para avançar na política”. O autor destas linhas certamente sabe muito bem do

que está falando. É Paul Krugman, que foi do *board* da Enron e entusiasta do seu sistema. Como se há de recordar, a Enron era uma suposta companhia energética que atuava mais como uma corretora comprando e vendendo oportunidades do que propriamente investindo no ramo de eletricidade e gás. Depois, como colunista no *The New York Times*, Krugman passou a classificar a atual administração americana como um governo de *access capitalists* puro sangue. O trecho citado antes se encontra numa resenha de fevereiro deste ano, na qual Krugman comenta o livro de Kevin Phillips sobre a dinastia Bush. A conclusão é esta: a polarização americana da riqueza chegou a um tal ponto que passou a produzir pessoas ricas o bastante para formar dinastias. A *overclass* gerada no pólo superior do *capitalismo de acesso* tornou-se no fundo uma classe dinástica. O insuspei-

to Krugman cita o seguinte panorama segundo Kevin Phillips: “Se as conexões da família presidencial fossem parques temáticos, o Bush World mereceria uma visita. Bancos do Oriente Médio, ligados à CIA, ocupariam boa parte do espaço, acompanhados por empresas de poupança imobiliária da Flórida que um dia lavaram dinheiro para os Contra nicaraguenses... Por volta da metade do século 20, conexões familiares e capitalismo de compadres já eram a base da economia familiar dos Bushes, com ênfase nas recompensas do mundo financeiro e na lealdade política instintiva ao mundo do investimento”.

Território exclusivo Como se vê, não se trata propriamente de uma anomalia texana, tampouco se trata de pequenas manobras provincianas, como se costuma resmungar entre as viúvas de Bill Clinton que se presumem cosmopolitas. Fechando o argumento, não seria demais mencionar um outro braço de ultramar dos compadres de sempre, lembrando que a guerra do Iraque, pensando bem, não deixou de ser uma questão de direito de acesso resolvida *manu militari*. Um artigo de dezembro do ano passado na *London Review*, sobre a pirataria de alto mar, arrematava o cenário evocando uma atmosfera de claro *revival* mercantilista: nada mais parecido com a famigerada *East India Company* do que o governo (isso mesmo) exercido por corporações como Halliburton e Bechtel sobre porções do território iraquiano reconquistado.

Ao contrário das multinacionais do século 20, as antigas companhias mercantilistas eram a um só tempo comerciais e governamentais, gozando de um indisputável exclusivo territorial em relação às outras organizações similares.

Juntemos pelo menos duas pontas. De uns tempos para cá, justamente a propósito dos novos “cercamentos” com os quais se parecem cada vez mais as privatizações da última onda capitalista vencedora, se deba-

te para saber se a assim chamada Acumulação Primitiva deve ser entendida num sentido puramente histórico ou como um processo contínuo. A viagem redonda do capitalismo de acesso vem a ser este retorno da Acumulação Primitiva. Não seria assim descabido identificar neste círculo a dinâmica subjacente do Novo Imperialismo. As desregulações de hoje emendam na pirataria de ontem.

Pode-se dizer, por fim, que a atual apologética neo-conservadora redescobriu o *cash nexus*: algo como uma relação axial do dinheiro com o poder, desde os tempos em que o financiamento da guerra moderna inventou a dívida pública e, no limite, a total alienação do Estado. ■

Paulo Eduardo Arantes é professor aposentado do Depto. de Filosofia da USP e editor deste caderno *Opinião*. Publicou recentemente *Zero à esquerda* (Coleção Baderna, Conrad, 2004).

O marketing do relacionamnto

Antes se vendia um produto que prometia a experiência; hoje se quer vender a experiência, diretamente

Isleide Fontenelle

Qual a novidade do “marketing do acesso”, da “comercialização da experiência”? Desde os anos 1960, o *marketing* já começou a fazer uso de uma certa “venda da experiência” atrelada à veiculação de anúncios de produtos nos quais a imagem ganhara destaque. No “*marketing* das imagens”, ao anunciar uma mercadoria, fazendo uso de imagens de marca, já se promovia um estilo de vida, uma certa experiência de comer, de ler, de tomar banho, de sentar, cozinhar. O marketing já passara a buscar que um produto fosse comprado especialmente pela imagem que carregava e esta imagem seria a promessa da experiência que viria junto com o seu uso.

A novidade do que chamo de “*marketing* de acesso” é que, enquanto no estágio do “*marketing* das imagens” é necessário ter o produto para alcançar a experiência prometida, agora a experiência é o próprio produto. Já não se veicula mais uma imagem que carregue consigo o seu produto, pois a posse não é mais condição para a experiência prometida.

Serviços e experiências Para situar o “*marketing* do acesso” no contexto mais amplo da nossa realidade social, recorro ao que Jeremy Rifkin denominou de “economia do acesso”: uma época na qual os mercados dão lugar às redes e quando a noção de “propriedade” é substituída pela de “acesso”. E Rifkin não está se referindo a um futuro longínquo, mas, sim, a um processo que já está em franco andamento: nas empresas que operam com as novas tecnologias da informação, o acesso já é uma realidade predominante, pois o diferencial passa a se dar no serviço prestado, mais do que na venda do *hardware* ou do *software*. É o caso da IBM, Xerox, Hewlett-Packard e muitas outras que se deram conta de que, diante de uma forma de produção que se torna cada vez

mais barata, com padrões de qualidade tornando-se indistinguíveis, a única área onde há oportunidades para se ganhar dinheiro, como novo nicho de consumo, é o oferecimento de serviços e experiências aos clientes.

Já se opera com o acesso nas mais diferentes áreas da “velha economia” do concreto: bens físicos, como imóveis, automóveis, equipamentos, passam a ser bens acessíveis, ao invés de compráveis¹. O outro grande campo que se abre para a economia do acesso é o denominado por Adorno & Horkheimer de indústria cultural. Segundo

Rifkin, a “era do acesso refere-se, acima de tudo, à transformação da diversão [...] na forma de entretenimento pessoal pago”².

O valor do trabalho A economia do acesso vem responder a uma mudança social: em um mundo que exige flexibilidade, não é possível se ater à propriedade dos bens que se queira gozar. Basta acessá-los e pagar o preço do serviço. Mas o investimento no acesso à experiência também vem responder a um limite objetivo do ponto de vista do funcionamento do capitalismo, especialmente no caso das empresas de tecnologia da comunicação e da indústria cultural: quando o que se comercializa não é um bem físico, mas intangíveis veiculados pela produção de um *software*, e esse *software* pode ser pirateado, onde fica o valor trabalho contido na cópia? Diante desse desafio, a primeira saída para o mercado foi buscar proteger o máximo possível essas produções via patentes e marcas registradas. E embora ainda seja intensamente feito, isso tem limites – e a pirataria, a que me referi, é um deles. Por esse motivo, o caminho é comercializar o serviço ou a experiência que estão atrelados ao *software*, mais do que vender o próprio *software*.

Do ponto de vista objetivo do desenvolvimento do capitalismo, o acesso vem, portanto, atender a uma nova estratégia de “redefinição do valor em uma economia em que o custo da tecnologia pura está despencando para zero... Então, o valor residirá em estabelecer um relacionamento de longo prazo com um cliente...”³. Nessa nova economia do acesso, a nova estratégia de marketing não é mais a realização de vendas mediante o estímulo às compras – com propaganda em massa, por exemplo –, mas através do controle do cliente que interessa.

O cliente torna-se o mercado, e o objetivo é captar e dirigir sua atenção mediante o oferecimento de toda a gama de “experiências” ao longo de sua vida, estabelecendo com ele aquilo que, na literatura mercadológica, denomina-se de “*marketing* de relacionamento”.

Obviamente, nesse caso, estamos tratando de um processo de segmentação – e de exclusão – muito mais forte do que no *marketing* de massas, que visa atingir o máximo de consumidores possível. É para os que estão incluídos neste mercado de acesso que surge o novo ramo de

“Não por acaso, a indústria cultural se tornou o modelo por excelência do marketing das imagens, no interior de uma forma de capitalismo, ainda industrial e ainda fordista”



negócios que já está sendo definido como “indústria da experiência”. Nesse sentido, o sociólogo Norman Denzin, parafraseando Guy Debord, denuncia que “a experiência vivida é o último estágio da reificação da mercadoria. Em outras palavras, a experiência vivida...tornou-se a mercadoria final na circulação de capital”⁴. Daí porque, para além de um campo promissor no interior da economia do acesso, a indústria cultural torna-se o modelo ideal para a nova estratégia de *marketing*, em uma economia global e virtual.

A indústria cultural, em um sentido restrito, significava, para seus autores⁵, a produção, em massa e para as mas-

sas, de produtos culturais: filmes, músicas, programas de televisão, revistas. A indústria cultural já era algo da ordem do abstrato, do imaterial, funcionando na Era Industrial, do concreto. O que se buscava nesses produtos era a diversão, a fruição, o gozo. Não por acaso, foi a indústria cultural que se tornou o modelo por excelência do *marketing* das imagens, no interior de uma forma de capitalismo, ainda industrial e ainda fordista, a partir dos anos 1960. Desde essa época, passou-se a atrelar comércio à cultura, como se vê com o desenvolvimento da cultura do automóvel, da cultura do *fast-food*, dos condomínios residenciais, etc.. O ponto de chegada, agora, é o de veicular a própria experiência como produto, seja em que área for. ■

NOTAS

1 Rifkin, Jeremy. *A era do acesso: a transição de mercados convencionais para networks e o nascimento de uma nova economia*. São Paulo: Makron Books, 2001. p. 4

2 Idem, p. 6

3 Gross, Neil et al. “The technology paradox: how companies can thrive as prices dive.” *Business Week*, 6 de março de 1995. p. 77. Grifos meus

4 Denzin, Norman. K. *Images of postmodern society: social theory and contemporary cinema*. Londres: Sage, 1991. p. 44

5 Adorno, T. e Horkheimer, M. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

Isleide Fontenelle é doutora em Sociologia pela USP, com pós-doutorado em Psicologia Social pela PUC-SP. É autora do livro *O nome da marca: McDonald's, fetichismo e cultura descartável* (Boitempo/Fapesp, 2002).

O nome novo é *agrobusiness*

Agronegócio é um novo tipo de latifúndio, ainda mais amplo

Bernardo Mançano **Fernandes**

Agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Esse modelo não é novo, sua origem está no sistema *plantation*, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação. Agronegócio é uma palavra nova, da década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. O latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico. Tentou-se criar a figura do *latifúndio produtivo*; mas essa ação não teve êxito – são mais de quinhentos anos de exploração e dominação, de modo que não há adjetivo que consiga modificar o conteúdo do substantivo.

Com o agronegócio, houve um aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas: o latifúndio efe-

tua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade. O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo: não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento.

Outra construção ideológica do agronegócio é convencer a todos de que é responsável pela totalidade da produção da agropecuária. Toda vez que a mídia informa os resultados das safras, credita toda a produção na conta do agronegócio – como se ele fosse o único produtor do país. A agricultura camponesa que é responsável por mais da metade da produção do campo – com exceção da soja, cana e laranja – não aparece. Essa estratégia ajuda o agronegócio a ficar com a maior fatia do crédito agrícola. O agronegócio também vende a idéia de que seu modelo de desenvolvimento é a única via possível. Essa condição é re-

forçada pela mídia e por estudiosos que homogenizam as relações sociais, as formas de organização do trabalho e do território como se fossem da mesma natureza. A agricultura camponesa não é adepta do produtivismo, ou seja não desenvolve uma única cultura, com exclusividade para o mercado e nem se utiliza predominantemente de insumos externos. Seu potencial de produção de alimentos está na diversidade, no uso múltiplo dos recursos naturais. Nas regiões onde há concentração de pequenos agricultores, a desigualdade é menor e por conseguinte os índices de desenvolvimento estão entre os maiores.

O agronegócio procura cooptar a agricultura camponesa para defender o seu modelo de desenvolvimento. Esse processo de cooptação começa pela eliminação das diferenças: todos são iguais perante o mercado. O poder do agronegócio aparece como se fosse ele construído a partir do mercado, do “livre comércio”, embora, de fato, é o mercado que é construído a partir das ações resultantes das políticas que regulam as práticas do mercado. O mercado não está no começo, mas nos resultados das políticas.

Combinação e oposição As ideologias do agronegócio trabalham com a combinação e a oposição. Procuram, por um lado, combinar diferentes tipos de relações sociais; por outro, opor uma mesma relação social por meio de sua diferenciação interna. A combinação é realizada como se agricultura capitalista e agricultura camponesa fossem da mesma natureza. Enquanto a agricultura capitalista se realiza a partir da exploração do trabalho assalariado e do controle político do mercado, a agricultura camponesa ou familiar é intensamente explorada por meio da renda capitalizada da terra, ficando somente com uma pequena parte da riqueza que produz, a maior parte é apropriada pelas empresas que atuam no mercado. A oposição é feita por meio da divisão da agricultura camponesa. Os pequenos agricultores empobrecidos seriam camponeses e os remediados (ou capitalizados) seriam agricultores familiares. Os primeiros seriam atrasados; os segundos, modernos. Desse modo, o empobrecimento e a capitalização dos camponeses não aparecem como resultados da desigualdade gerada pela renda capitalizada da terra, mas como diferentes tipos de organização do trabalho.

O agronegócio procura manter o controle sobre as políticas e sobre o território, conservando assim um amplo espaço político de dominação. Tudo o que está fora deste espaço é sugado pela ideolo-

gia do agronegócio. Um exemplo é a reforma agrária. Para combater as ocupações de terra, a política criada pelo agronegócio foi a Reforma Agrária de Mercado. Depois de denominada *Cédula da Terra* virou *Banco da Terra* e hoje é chamada de *Crédito Fundiário*. É uma tentativa de tirar a luta popular do campo da política e jogá-la no território do mercado, que está sob o controle do agronegócio. As ocupações de terra ferem profundamente esta lógica e por essa razão o agronegócio investe ferozmente na criminalização da luta pela terra, pressionando o Estado para impedir a espacialização desta prática de luta popular. O controle do território e das formas de acesso à terra é objetivo da mercantilização da reforma agrária. Não importa para o capital ser o dono da terra, o que importa é que a forma de acesso se dê por meio das relações de mercado, de compra e venda. O controle da propriedade da terra é um dos trunfos do agronegócio.

É fundamental que a terra esteja disponível para servir à lógica rentista.

Por essa razão, as ocupações de terra são uma afronta ao agronegócio, porque essa prática secular de luta popular está fora da lógica de dominação das relações capitalistas. Assim, o sagrado agronegócio procura demonizar os movimentos socioterritoriais que permanentemente ocupam a terra.

A cada ano o agronegócio se territorializa com maior rapidez e desterritorializa a agricultura camponesa ou familiar. O empobrecimento dos pequenos agricultores e o desemprego estrutural agudizam as desigualdades e não res-

“O agronegócio não domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e a política de desenvolvimento”



ta à resistência camponesa outra saída a não ser a ocupação da terra como forma de ressocialização. As ocupações de terras do agronegócio já começaram nas regiões onde esse modelo de desenvolvimento controla a maior parte do território. Este é o novo conteúdo da questão agrária nesta primeira década do século 21.

O campesinato é um grupo social que além das relações sociais em que está envolvido, tem o trunfo do território. A cada ocupação de terra, ampliam-se as possibilidades de

luta contra o modo capitalista de produção. Esse movimento pode se fortalecer cada vez mais se conseguir enfrentar e superar as ideologias e as estratégias do agronegócio. Se conseguir construir seus próprios espaços políticos de enfrentamento com o agronegócio e se mantiver sua identidade socioterritorial. Essas condições são fundamentais para o desenvolvimento da agricultura e do Brasil. ■

Bernardo Mançano Fernandes é professor do Depto. de Geografia da UNESP, campus de Presidente Prudente.

Trabalho? Sim, ele ainda

Como criminalizar o uso do que seria, por sua própria natureza, bem público?

César Bolaño

Na ciência burguesa da gestão, o conhecimento é apresentado como um atributo do capital; de uma nova forma de capital, cognitivo, destinado a revolucionar mais uma vez a produção social, mudar o mundo, colonizar o espaço, explorar o gene. O problema é que, supondo provisoriamente que o conhecimento seja de fato uma nova força produtiva, ele apresenta determinadas características que não permitem a sua exploração rentável pelo capital sem a imposição de regras para impedir a sua apropriação coletiva. Nada além do que sempre ocorreu, desde o cercamento das terras prévio à implantação do modo de produção capitalista na Inglaterra.

As cercas de hoje são os direitos de propriedade intelectual, pelos quais se criminaliza o uso do que seria, por sua própria natureza, bem público. A economia (burguesa) do conhecimento tem plena consciência do fenômeno e inclusive o justifica, ao reconhecer a necessidade de incitação ao investimento privado na produção de informação e conhecimento, mesmo limitando, necessariamente, o aproveitamento mais econômico das "externalidades positivas" que lhes são inerentes. A pirataria é, portanto, decorrência de um sistema em que o Estado institui o mercado impedindo a apropriação coletiva da riqueza. Todos querem participar do botim, da exploração do trabalho humano.

Trabalho? Sim, ele ainda. Não há outra força produtiva. O conhecimento tácito só existe como atributo do trabalho vivo e o codificado é trabalho morto, plasmado sobre um suporte material e, portanto, transmissível sem a participação do sujeito que o criou. Neste caso, a sua rápida obsolescência relaciona-se ao fato de que cada novo dado ou informação agrega-se ao fundo humano de conhecimento; não desaparece, mas perde-se no interior de vastos bancos de dados, onde perde completamente o valor. Ao contrário do capital constante que conhecemos, cada novo pro-

cesso de trabalho com conhecimento nutre-se daquele fundo humano e o explora diretamente através da ação do trabalho informacional, como o lenhador que extrai a madeira da mata diretamente, agregando-lhe todo o valor. Assim como a mata não tem valor anterior ao do trabalho do próprio lenhador, também a produção de conhecimento não parte de nenhum valor anterior ao do trabalho informacional e de pesquisa empregado.

Nova lógica Pior, o novo conhecimento produzido perde também, quase imediatamente, o seu valor quando se constitui simplesmente como parte do fundo humano de conhecimento. Assim sendo, a exploração capitalista do trabalho intelectual depende da possibilidade de a empresa conservar privadamente, durante algum tempo pelo menos, o novo conhecimento (que, de qualquer forma, já passou a integrar aquele fundo desde que nasceu), dificultando sua comunicação ao público. Esta é a nova lógica do sistema, muito

bem compreendida pelos economistas, que, no entanto, não extraem daí todas as consequências. Ora, o problema está posto no nível da própria criação do valor, pois, se tomamos um caso qualquer de produção de conhecimento, digamos o estudo de um gene, o resultado de cada processo produtivo nos laboratórios (públicos ou privados) é uma informação, ou um conjunto de informações codificadas, depositadas em bancos de

dados, arquivos, bibliotecas. Todo o valor é agregado, a cada vez, pelo trabalho vivo que dispõe do conhecimento tácito necessário à utilização produtiva do conhecimento codificado. Mas, se esse resultado não é uma mercadoria (bem ou serviço), não há como prosseguir uma cadeia de valorização do capital inicialmente investido, na medida em que o valor se perde imediatamente, com a sua divulgação.

"Na ciência burguesa da gestão o conhecimento é apresentado como uma nova forma de capital, destinado a mudar o mundo, colonizar o espaço, explorar o gene"



A solução seria encontrar uma forma de garantir, durante um tempo, o monopólio privado de um determinado conhecimento capaz de produzir mercadoria. Mas não se pode prever a inovação, e muito menos o momento de surgimento da inovação, no primeiro da série de processos de criação de conhecimento que levarão ao passo final: a implantação em nível social de um novo bem, serviço ou processo produtivo explorado pelo capital individual. Investimento público ou privado é um problema que não interessa agora. O que importa é que o fundo público está sempre profundamente envolvido, sendo na maior parte dos casos a forma fundamental de financiamento do trabalho de pesquisa. Transforma-se, assim, riqueza material (força de trabalho e equipamentos adquiridos com fundo público) em fundo humano de conhecimento, sem nenhum valor, embora disponível, a partir de então, para novas pesquisas e aplicações produtivas por parte da empresa capitalista, das organizações sociais e do Estado.

Trabalho produtivo Só quando o sistema se apropria, assim, do conhecimento produzido ao longo do tempo, quando o valor pode materializar-se num bem ou serviço, é que o trabalho de todos os trabalhadores informacionais e cientistas envolvidos em todos os processos anteriores evidencia-se trabalho produtivo no sentido capitalista do termo. Só no mercado o trabalho humano adquire validade social no capitalismo, mas não na lógica intrínseca da produção acadêmica, empresa humana indispensável à reprodução social muito anteriormente ao próprio capitalismo, sobrevivendo com este, até hoje, como esfera fundamental do processo inovativo. A substituição dessa lógica da produção acadêmica por uma lógica puramente capitalista não seria possível na medida em que, se a inovação pode ou não ocorrer, como pode demorar anos ou séculos até que ocorra, como quantificar esse trabalho intelectual todo? Como remunerar esse fator produtivo? Com Direitos de propriedade intelectual?

Mas aí já não se trata de exploração capitalista estrito senso, senão de uma lógica rentista em que apenas uma pequena parte do trabalho envolvido, aquele, digamos, seguindo no nosso exemplo, incorporado pela indústria farmacêutica, enquanto que a maior parte, financiada através de fundo público, do Estado ou de fundações etc., incorpora-se ao sistema como trabalho acadêmico ou assemelhado, não sendo remunerado pelo capital. Não se trata, evidentemente, de trabalho improdutivo, posto que faz parte da ampla cadeia produtiva que levou, como se observará sempre *ex post*, à produção da mercadoria.

O problema é que a produtividade desse trabalho não pode ser determinada *a priori*, na medida em que a própria criação da mercadoria é aleatória, e não pode, ademais, ser quantificada. Não há como quantificar a produtividade do trabalho individual nesses processos que envolvem a constituição de esferas públicas produtivas, compreendendo setores da comunidade acadêmica e empresarial, que compartilham uma linguagem comum e conhecimentos capazes de viabilizar a ação daquele trabalhador individual na mobilização do seu conhecimento tácito.

Dupla esperteza Toda produtividade é do trabalho coletivo, mas como as relações formais ligadas à apropriação da riqueza no capitalismo liberal remetem sempre ao indivíduo, o capital acabará sempre se apropriando do acréscimo de valor que a constituição do trabalhador coletivo acarreta. Como neste caso não é o capital, mas o Estado, quem adianta o grosso do investimento, a esperteza é obviamente dupla. Assim, uma lógica rentista e especulativa instaura-se no próprio âmago da produção capitalista nesta chamada Economia do Conhecimento, instaurada pela Terceira Revolução Industrial, cuja característica fundamental é um extenso processo de subsunção do trabalho intelectual e de intelectualização geral de todos os processos de trabalho e do próprio consumo.

Deveria então atracar a nau capitalista diante dos limites da forma mercadoria, haja vista a lentidão do desenvolvimento e suas dificuldades, desde o início da crise estrutural nos anos 70? Os piratas estão a postos e em plena atividade. A barbárie, na verdade, expande-se em todas as direções, na mesma proporção em que o sistema já não mais inclui, mas, ao contrário, funciona crescentemente de acordo com uma lógica de exclusão pelos preços, de justiça de mercado, de lei da selva. ■

Cesar Ricardo Bolaño é jornalista, doutor em Economia pela UNICAMP e professor da UFSE. É autor de *Indústria cultural, informação e capitalismo* (Hucitec, 2002).

São Paulo S/A, acesso pelos fundos

Os fundos de pensão são figuras centrais num processo que se assemelha, às vezes, à ação de uma nuvem de gafanhotos

Mariana Fix

Se até pouco tempo, “sede própria” era sinal de solidez e confiabilidade, hoje muitas empresas preferem se tornar inquilinas, no lugar de proprietárias dos imóveis que ocupam, de modo a se deslocar com maior facilidade no espaço e no tempo. Visto da perspectiva geral do sistema, isso significa que o capital total ganha maior mobilidade ao custo de fixar uma fração do capital, que passa a circular no meio ambiente construído. No lugar de um mesmo capitalista que assume vários papéis – compra a terra, incorpora, constrói e vende, utilizando seu próprio capital – a produção e manutenção do ambiente construído se cristaliza em um sistema especializado.

Dinâmica específica No Brasil, na ponta de lança do mercado imobiliário – o setor de escritórios de alto padrão –, esse processo está associado a fatores como a estabilidade e a abertura econômica, entre outros. A estabilidade diminui a opção por “bem de raiz”, que era uma proteção contra a inflação; ao mesmo tempo, aumenta a necessidade de liquidez. Desse modo, o imóvel deixa de ser tratado como reserva de valor para virar propriamente um negócio, produzido por um sistema especializado de empresas. No nosso caso, embora existam antecedentes importantes, esse sistema se constitui de modo mais completo na segunda metade da década de 1990, no Rio de Janeiro e, principalmente, em São Paulo. Novos empreendimentos, como torres de escritórios, shopping centers e condomínios residenciais passam a ser produzidos como ativos financeiros, para fazer parte do portfólio de investidores. As características desses edifícios passam, em parte, a ser definidas pela dinâmica específica da esfera financeira, nas relações que esta estabelece com a circulação do capital no meio ambiente construído. Atributos específicos são removidos, sua produção padronizada, de modo a transformá-los em um bem de maior liquidez, mais facilmente transacionável no mercado.

Se a figura do rentista já estava presente quando os proprietários detinham imóveis com a finalidade de alugar para se apropriar de renda a longo prazo, o que muda é a relação que os promotores imobiliários passam a ter com o patrimônio. O proprietário que não tratava o imóvel como um ativo financeiro, geralmente não especulava com esse imóvel. Ou seja, não tinha intenção de vender e comprar imóveis rapidamente, sem perder valor. Contudo, quando o imóvel é construído como um ativo financeiro, o pagamento que os proprietários recebem pelo fato de deterem o

imóvel não é uma função marginal, mas seu fim último. Com isso, os chamados rentistas passam a ter um caráter mais ativo, no sentido de buscar interferir nas condições de apropriação de renda futura. Por isso são caracterizados como “ativistas”, na tese de um sociólogo norte-americano que descreve como as cidades com alto grau de mercantilização da terra passam a funcionar como uma espécie de “máquina de crescimento”.

Falta à máquina paulistana de crescimento, contudo, a figura do crédito, que desempenha o papel fundamental de coordenador das funções, atuando como uma espécie de sistema nervoso que regula os movimentos do capital. Além disso, no Brasil, a securitização do mercado imobiliário é incipiente e a interligação dos setores financeiros e imobiliário limitada. Assim, ao invés de a securitização funcionar como uma modalidade financeira generalizada, como nos EUA, cumprindo o papel de substituta dos empréstimos bancários e, ao mesmo tempo, constituindo-se em uma modalidade propícia aos bancos na captação dos fundos, no Brasil, são os fundos de pensão que funcionam como figuras centrais no setor imobiliário comercial, principalmente na promoção do boom de megaprojetos, na segunda metade da década de 1990. Trata-se de mais uma modalidade de utilização do fundo público, já que a maior parte dos principais fundos de pensão são de empresas estatais. Diferentemente do que ocorreu em outros setores, com a abertura econômica não houve uma desnacionalização correspondente no mercado imobiliário.

Concentração de investimentos São os fundos de pensão que mais se aproximam do tipo de proprietário que trata a terra como um ativo financeiro puro, de modo a se apropriar de rendas cada vez mais elevadas. Não à toa são os empreendimentos de grande porte e alto padrão (classificados como AA ou AAA, por empresas de consultoria imobiliária) que interessam aos fundos. O padrão dos edifícios, contudo, não é garantia de rentabilidade; eles precisam estar localizados nos eixos de valorização imobiliária da cidade, sob o risco de, caso contrário, propiciarem um rendimento abaixo do desejado ou mesmo ficarem desalugados. Com isso, a concentração de investimentos nos principais eixos de negócios é reforçada – em mais um exemplo de como a lógica de produção dos edifícios repercute na organização espacial da cidade.

A venda de cotas dos edifícios, a serem transacionadas na bolsa de valores, constituindo um mercado secundário, com a instituição dos fundos de investimento imobiliário, é uma

“As novas modalidades de apropriação do fundo público caminham para transformar a cidade, ela própria, em um título financeiro”

tentativa de aproximar o mercado imobiliário do mercado de capitais. Embora não tenha ocorrido plenamente, esses fundos de investimento apontam para uma tendência de financeirização. O problema, aparentemente, está na dificuldade de, com um padrão de acumulação mais baixo, conseguir constituir aqui fundos que distribuam o capital investido, de modo a equalizar a taxa de rentabilidade e reduzir os riscos, caso algum desses projetos venha a fracassar. A tentativa mais recente de aprofundar as conexões entre os setores imobiliário e financeiro, contudo, é a emissão de uma espécie de título financeiro municipal, os Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs), realizada de modo pioneiro no país pela atual gestão petista, em São Paulo. Ao que tudo indica, mais uma cortina de fumaça para que, em um quadro de escassez de recursos para investimentos, o fundo público continue a ser acessado por alguns, a serviço da expansão da base de circulação do capital no ambiente construído.

Necessário e destrutivo A apropriação de renda não apenas é socialmente necessária ao capitalismo, como os proprietários precisam assumir um papel ativo em busca da elevação de renda. Como explica o geógrafo David Harvey, é esse o comportamento esperado quando a terra é tratada como mero ativo financeiro, uma forma de capital fictício aberta a todos os investidores. Contudo, ao mesmo tempo, quanto mais aberto for o mercado de terras, mais imprudentemente o capital pode procurar realizar suas expectativas excessivas por meio da pilhagem e da destruição das condições de produção do espaço. Por isso, a especulação fundiária é a um só tempo necessária ao capitalismo e insanamente destrutiva.

As conseqüências negativas são particularmente evidentes na organização espacial da cidade. A pilhagem e a destruição, por exemplo, estão sendo vivenciadas em um antigo bairro paulistano – que se tornou a bola da vez dos promotores imobiliários em São Paulo –, e motivaram uma moradora a comparar a passagem dos promotores imobiliários pela região a uma nuvem de gafanhotos. A concentração de empreendimentos na “nova Vila Olímpia” foi de tal ordem que comprometeu a infra-estrutura ao ponto de colocar em risco a realização do valor dos edifícios. Contudo, “o ‘salto mortal da mercadoria’, nos termos de Marx, isto é, o momento da realização do valor, é protegido por uma rede — a metáfora do trapezista é perfeita para isso — estendida pelo Estado para evitar que a mercadoria caia fora de circulação e se anule pelo não-consumo”, como diz Chico Oliveira. A vitó-

ria dos promotores imobiliários na batalha pelo fundo público deu início a um novo ciclo de investimentos públicos na região. Os recursos são colocados a serviço de uma produção voltada à rentabilidade e à liquidez de ativos imobiliários. O espaço é homogeneizado e controlado, e os entraves à circulação do capital no meio ambiente construído, progressivamente removidos. O volume de recursos públicos aplicados nessa região – das grandes obras da gestão Maluf às novas intervenções petistas é difícil não notar uma linha de continuidade – é evidência empírica da importância que assume o fundo público na acumulação de capital. Um caso análogo é o vizinho Puerto Madero, em Buenos Aires, onde uma operação imobiliária se deu por meio da venda de terras públicas para a construção de *lofts*, edifícios residenciais com vista exclusiva, restaurantes caros, torres de escritório e hotéis de grandes cadeias. Hoje, por sinal, em função da crise Argentina, boa parte dos espaços está vazia.

Em resumo, os edifícios do novo eixo de negócios paulistano são a forma que a valorização assume hoje e – embora não sejam um caso de bolha financeira, como assistimos nos países asiáticos, por exemplo – assumem contornos de uma valorização de tipo fictício. A nova paisagem do poder mobiliza Estado e capital privado nacional, parceiros nas várias modalidades de apropriação do fundo público, que caminham no sentido de transformar a cidade, ela própria, em um título financeiro. ■

TEXTOS DE REFERÊNCIA

Fix, Mariana. *Parceiros da exclusão: duas histórias da construção de uma “nova cidade” em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada*. E São Paulo: *cidade mundial? Fundamentos financeiros de uma miragem*. Harvey, David. *Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio*. E *Limits to capital*. Londres: Verso, 1999. Molotch, Harvey L. Logan, John R.; *Urban fortunes*. Oliveira, Francisco de. *Estado, mercado, incerteza: matrizes da corrupção anti-republicana*.

Mariana Fix é arquiteta e urbanista, mestre em Sociologia pela USP. É autora de *Parceiros da exclusão* (Boitempo, 2001).

